

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS CORUMBÁ, VERÍSSIMO E PORÇÃO GOIANA DO SÃO MARCOS - CBH CVSM.

1 Aos vinte e cinco dias de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no auditório 2 de eventos do Acquabella Hotel, situado à Rua Francisca Alla Cunha, Qd. 03, Lt. 07, 3 Bairro do Turista, Caldas Novas, GO, deu-se início à 22ª Reunião Ordinária do Comitê das 4 Bacias Hidrográficas dos Rios Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do Rio São Marcos 5 (CBH CVSM). Item 1. Abertura da Sessão e verificação de quórum: O Sr. Bruno 6 Vicente Marques - presidente saudou os presentes e convidou a todos para a execução 7 dos hinos nacional e do estado de Goiás, seguida da verificação do quórum pelo Sr. 8 Phelipe Cunha, da Secretaria Executiva. O presidente do CBH CVSM enfatizou a 9 importância do encontro para a integração e troca de conhecimentos entre os municípios 10 da bacia, enquanto o vice-presidente, Sr. Fábio Floriano Haesbaert, destacou a relevância 11 de visitas técnicas para conhecer as particularidades de cada localidade, sugerindo visitas 12 a Anápolis, Cristalina e Catalão. Em seguida, comunicou as substituições de membros da 13 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), por 14 meio do Ofício nº 27/2025 (SEMAD), indicando os seguintes novos membros: Alan Mosele 15 Tonin (titular) e Maria Aparecida de Souza Araujo (suplente); João Ricardo Raiser (titular) 16 e Pedro Paulo de Godoi (suplente); Marcos Aurélio Gomes Antunes (titular) e Diogo 17 Lourenço Segatti (suplente). O município de Cristalina, por meio do Ofício nº 16/2025, 18 comunicou a nomeação de Clevisson Câmara de Jesus. O município de Catalão indicou 19 José Eduardo Machado Barroso. O município de Silvânia informou a inclusão de Sueli do 20 Carmo Lobo. O Município de Ouvidor, através do Ofício nº 020/2025, comunicou a 21 nomeação de Edson Benedito Santana. Destacou o trabalho dos membros que deixaram 22 o Comitê, como Sr. Silas José Cristão (Catalão) e Sra. Gabriela Rincon Ligoski (Cristalina), 23 que contribuíram significativamente ao longo dos anos. Além disso, comunicou sobre a 24 necessidade de eleger um novo segundo vice-presidente, com a vaga aberta para 25 candidatos do poder público municipal ou da sociedade civil. O Sr. Bruno Vicente 26 Marques - presidente, anunciou sua decisão de renunciar ao cargo, motivada por 27 compromissos profissionais. A fim de garantir uma transição organizada, a eleição para 28 os novos presidente e vice-presidente será realizada em reunião extraordinária, a ser 29 convocada em breve. Informou que esta seria sua penúltima reunião, comprometendo-se 30 a conduzir a transição de forma colaborativa. Item 2. Aprovação da Ata da 21ª Reunião 31 Ordinária Extraordinária do CBH CVSM: O Presidente destacou que a minuta foi



32 enviada a todos antecipadamente e convidou os membros a apresentarem observações 33 ou correções. Não havendo manifestações contrárias ou correções de ajustes, submeteu 34 a Ata da 21ª Reunião Ordinária do CBH CVSM à votação. A ata foi aprovada por 35 unanimidade. Item 3. Apreciação e deliberação sobre o Plano de Aplicação Plurianual 36 (PAP) dos recursos originários da cobrança pelo uso de recursos hídricos de 37 domínio estadual na Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá Veríssimo e porção 38 Goiana do Rio São Marcos: O Sr. Alan Mosele Tonin - SEMAD iniciou a apresentação 39 com agradecimentos ao presidente e expressou apoio à decisão tomada. Informou que a 40 exposição abordará o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e a destinação dos recursos 41 arrecadados com a cobrança. Exibiu, em seguida, o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 42 para o triênio, um instrumento de planejamento que orientará a aplicação dos recursos 43 arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia. Informou que o Plano de Bacia 44 serviu como base para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual. Relatou que, em 45 2023, a SEMAD iniciou o processo de avaliação dos Planos de Bacia, que resultou em 46 uma oficina promovida em maio de 2024, contando com a participação de todos os 47 comitês. Destacou que, na ocasião, avaliou-se o Plano de Bacia do Comitê das Bacias 48 Hidrográficas dos Rios Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do Rio São Marcos, que 49 contemplou 50 ações divididas em eixos prioritários. Explicou que a avaliação do grau de 50 implementação das ações (concluídas, iniciadas, não iniciadas) foi utilizada como base 51 para a elaboração do PAP, e exibiu a plataforma do Sistema de Informação de Recursos 52 Hídricos do Estado de Goiás <u>SiRHGO</u>, onde a avaliação está acessível. Rememorou a 53 realização da oficina de avaliação do Plano de Bacia em Caldas Novas, com a participação 54 de membros do comitê e convidados, que contribuíram para a avaliação e elaboração do 55 Plano de Aplicação Plurianual. Informou que a SEMAD conduziu consultas com entidades 56 delegatárias para coletar orientações e diretrizes que subsidiaram a elaboração do Plano 57 de Aplicação Plurianual. Esclareceu que a construção do documento também se baseou 58 em diretrizes adotadas por outras bacias e estados, no Decreto nº 10.280/2023 e no 59 manual técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), este último com o propósito de 60 alinhar o plano às práticas de padronização em âmbito nacional. Apresentou a proposta 61 de destinação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia. 62 Então, definiu a seguinte distribuição: 10% para a contratação da entidade delegatária, 63 responsável pela arrecadação, aplicação e contratação de pessoal técnico para execução 64 das ações e projetos. Considerou a legislação estadual, que permitia até 12%, mas optou-65 se por 10% para otimizar o custo-benefício; 5% para a manutenção do comitê, abrangendo



66 despesas operacionais como reuniões, eventos e capacitações, além do custeio de 67 participação da sociedade civil; e 1% para a secretaria executiva, como apoio técnico-68 operacional, garantindo o suporte necessário ao comitê. Especificou que 84% dos 69 recursos serão alocados para estudos, projetos e ações de gestão dos recursos hídricos 70 da bacia. Informou que a seleção da entidade delegatária seguirá critérios de custo-71 benefício, priorizando propostas com menor custo. Exibiu a estimativa de distribuição dos 72 recursos para investimentos no primeiro ciclo, detalhando as linhas de aplicação. Informou 73 que as linhas prioritárias foram definidas com base nas necessidades identificadas no 74 Plano da Bacia do CVSM e nas prioridades definidas pelo Comitê, assim visam garantir a 75 aplicação eficiente e estratégica dos recursos da cobrança, com foco em ações de grande 76 impacto e resultados duradouros. Especificou que os recursos destinados ao apoio ao 77 comitê de bacia incluem percentuais fixos para manutenção, contratação da entidade 78 delegatária e suporte à secretaria executiva. Exibiu a distribuição dos recursos ao longo 79 dos anos, informou que a arrecadação inicial será parcial devido ao preço público ser 80 metade do valor no primeiro ano, e, nos anos seguintes, atingirá o valor integral previsto. 81 Indicou que os investimentos para a gestão de recursos hídricos e a agenda setorial 82 seguirão um planejamento escalonado, com maior concentração nos anos posteriores. 83 Destacou que os valores destinados às linhas com percentuais fixos acompanharão o 84 aumento da arrecadação. Concluiu que, ao final do primeiro ciclo, os recursos totalizados 85 refletirão a estratégia de distribuição planejada. Exibiu a arrecadação estimada para o 86 primeiro ano, com a expectativa de aumento significativo a partir de 2026. Destacou o alto 87 potencial de arrecadação dessa bacia, que figura entre as maiores do Estado, com 88 projeções favoráveis para os anos subsequentes. Salientou que o planejamento visa 89 assegurar que, mesmo com a arrecadação inicial mais baixa, o saldo acumulado garantirá 90 a continuidade dos investimentos, com foco nos anos de 2026 e 2027. Esclareceu que a 91 proposta de investimento prevê uma margem de manobra para as entidades executoras, 92 uma vez que aplicar 100% dos recursos no início do ciclo seria desvantajoso. O Sr. Bruno 93 Vicente Marques - presidente, questionou sobre a existência de uma estimativa da 94 inadimplência na bacia, considerando a importância dessa informação para o 95 planejamento. O **Sr. Alan Mosele Tonim -** SEMAD reconheceu a relevância da questão 96 e informou que foram realizadas consultas com outros estados, como Minas Gerais, onde 97 a inadimplência varia entre 50% e 60%. O **Sr. João Ricardo Raiser -** SEMAD, destacou 98 que a inadimplência representa uma incerteza que pode impactar a arrecadação e, 99 consequentemente, a aplicação dos recursos na bacia. Informou que, na implementação

100 da cobrança nos domínios do Estado, a inadimplência no Rio Paranaíba manteve-se 101 baixa, entre 3% e 4%. Em contrapartida, relatou que, em bacias como a do São Francisco, 102 os índices de inadimplência alcançam 20%, configurando um desafio significativo. 103 Enfatizou a importância de considerar a inadimplência como um fator de risco e a 104 necessidade de implementar estratégias eficazes para mitigar seus impactos. O Sr. 105 Renato Caetano - Assessor (IRRIGO) questionou as medidas previstas para ações 106 jurídicas e os prazos para pagamento e inscrição na dívida ativa. O Sr. Alan Mosele Tonin 107 - SEMAD indicou que a SEMAD está ciente do problema da inadimplência e que busca 108 soluções para mitigar seus impactos. Houve debate sobre a necessidade de prazos claros 109 e mecanismos de cobrança eficazes, comparando a situação com outros tributos. O Sr. 110 Alan Mosele Tonin - SEMAD agradeceu as contribuições e deu sequência à pauta. Exibiu 111 detalhadamente a proposta de distribuição dos recursos arrecadados com a cobrança pelo 112 uso da água na bacia. Apresentou, por meio de slides, a projeção de arrecadação e os 113 saldos esperados para os próximos anos, demonstrando como os recursos seriam 114 alocados em diferentes áreas. As principais destinações foram definidas como: gestão de 115 recursos hídricos, agenda setorial, apoio ao funcionamento do comitê de bacia e 116 manutenção das atividades do comitê. Esclareceu que cada área de alocação dos 117 recursos possui códigos específicos, conforme o padrão técnico da Agência Nacional de 118 Águas (ANA), a fim de padronizar a comunicação entre comitês de bacia e órgãos 119 gestores. Explanou que a proposta apresentada define um plano estratégico e tático, com 120 grandes linhas de ação e objetivos a serem atingidos. Assim, a implementação de projetos 121 ocorrerá posteriormente, com a participação do comitê de bacia e de outras entidades 122 relevantes, seguindo modelo similar ao de outros comitês. Ressaltou que o planejamento, 123 embora não envolva execução imediata, serve como guia flexível, adaptável às mudanças 124 da realidade. Detalhou as principais linhas de ação propostas: monitoramento da 125 quantidade e qualidade das águas, com a compra e instalação de estações e ampliação 126 da rede de monitoramento; educação ambiental, comunicação e mobilização social, com 127 campanhas de divulgação e ações educativas sobre o uso racional da água; apoio ao 128 controle e prevenção da erosão, com investimentos previstos a partir de 2026; e 129 manutenção do comitê, com recursos para o funcionamento do comitê, organização de 130 eventos e apoio aos membros. Comunicou que a proposta foi elaborada com base em 131 discussões e na leitura do plano de bacia, buscando garantir a coerência entre o 132 planejamento estratégico e a aplicação dos recursos. Colocou a equipe técnica à 133 disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. O Presidente agradeceu e



134 parabenizou a equipe da SEMAD pela apresentação. Reconheceu o alinhamento das 135 expectativas do comitê sobre arrecadação e inadimplência. Embora tenha ressaltado a 136 polêmica em torno da cobrança, destacou o esforço dos setores usuários para garantir a 137 compreensão e aplicação responsável dos recursos. Ressaltou a relevância das decisões 138 tomadas e solicitou que os membros se manifestassem de forma objetiva e concisa. O Sr. 139 Wilson de Azevedo Filho - Companhia Thermas do Rio Quente solicitou esclarecimentos 140 detalhados sobre a implementação da cobrança aos usuários, referindo-se à recente 141 publicação que designa uma entidade para a gestão dos recursos. Questionou a base de 142 cálculo da tarifa, a previsão para o início da arrecadação e os critérios que guiarão a 143 aplicação dos recursos. Em resposta, o Sr. Alan Mosele Tonin - SEMAD, informou que 144 o processo de implementação ainda está em andamento. Esclareceu que a arrecadação 145 está prevista para o segundo semestre de 2025, o que permitirá a conclusão da seleção 146 e estruturação da entidade gestora. Mencionou a possibilidade de pagamento parcelado, 147 cujos detalhes serão definidos posteriormente. O Sr. Wilson de Azevedo Filho -148 Companhia Thermas do Rio Quente questionou os valores alocados para monitoramento, 149 considerando o valor insuficiente para uma rede robusta de estações hidrometeorologias, 150 e sugeriu aumentar o valor, argumentou que isso permitiria maior flexibilidade no plano 151 operacional e a implementação de mais estações. Destacou que, mesmo com incertezas 152 sobre a arrecadação em 2025, era possível planejar um valor mais expressivo. Além disso, 153 reforçou a importância de um planejamento gradual e adaptável, permitindo a expansão 154 da rede de monitoramento ao longo dos anos sem comprometer outras ações prioritárias. 155 O **Sr. Alan Mosele Tonin -** SEMAD, ressaltou a necessidade de cautela na alocação de 156 recursos, priorizando a gestão de riscos e a eficácia. Apontou as incertezas presentes no 157 processo de implementação e sugeriu a adoção de valores mais baixos inicialmente, com 158 a possibilidade de ajustes futuros, caso a arrecadação se mostrasse satisfatória. O Sr. 159 Paulo Henrique de Almeida - SANEAGO expressou apoio à abordagem conservadora 160 adotada. Destacou a importância de considerar o momento do processo e as incertezas 161 envolvidas. Reconheceu a validade das preocupações levantadas pelo Sr. Wilson de 162 Azevedo, mas defendeu que a prioridade deveria ser aprender a operacionalizar o sistema 163 antes de buscar investimentos mais ousados. O **Presidente** reconheceu a preocupação 164 do Sr. Wilson de Azevedo, concordou que o valor proposto é, de fato, modesto. No 165 entanto, justificou a cautela ao destacar os atrasos no cronograma da cobrança, que 166 impactam na arrecadação de recursos e inviabilizam o uso imediato para aquisições. 167 Observou que esses desafios decorrem de um processo estruturado de forma diferente,



168 no qual a participação do Comitê foi limitada. Por fim, perguntou ao Sr. Wilson de Azevedo 169 se ele gostaria de formalizar uma sugestão naquele momento ou se estava satisfeito com 170 as argumentações apresentadas. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho** - Companhia Thermas 171 do Rio Quente expressou compreensão em relação às argumentações apresentadas. 172 Observou que outras rubricas do plano foram consideradas com base em uma 173 arrecadação efetiva, enquanto a rubrica de monitoramento recebeu um valor menor. 174 Reconheceu que, administrativamente, essa abordagem fazia sentido. No entanto, 175 ponderou que o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) e o Fundo ainda podem ser 176 alterados. Concordou em manter o valor proposto para monitoramento por enquanto, mas 177 ressaltou que, caso a arrecadação seja bem-sucedida, o PAP poderá ser revisado. O Sr. 178 Ivan Bispo - Associação Amigos das Águas apresentou um questionamento sobre a 179 aplicação dos recursos arrecadados. Expressou preocupação em relação à observância 180 do princípio da prioridade da bacia geradora, conforme estabelecido na legislação federal. 181 Indagou sobre os mecanismos adotados para assegurar que os valores arrecadados em 182 cada bacia fossem efetivamente investidos na mesma, evitando a diluição em outras áreas 183 de atuação do comitê. O Sr. Marcos Aurelio Gomes Antunes - SEMAD informou que a 184 segregação da arrecadação é realizada por bacia hidrográfica, conforme estabelecido na 185 Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1997, e regulamentada pelo Decreto nº 186 10.280/2023, que dispõe sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no estado de 187 Goiás. Esclareceu que a delimitação geográfica das bacias segue as resoluções do 188 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, reforçando que a competência para tais 189 definições é atribuída à legislação estadual. O **Sr. Ivan Bispo** - Associação Amigos das 190 Águas questionou a diferença entre os percentuais de despesas estabelecidos pela 191 legislação federal e estadual. Além disso, indagou sobre as atribuições da entidade 192 delegatária. O **Sr. João Ricardo Raiser -** SEMAD esclareceu que, em Goiás, a aplicação 193 dos recursos segue a legislação estadual, que define a unidade de planejamento e gestão 194 como a área de responsabilidade do comitê, e que não há dúvidas ou necessidade de 195 esclarecimentos adicionais sobre essa questão. Afirmou que não há conflito ou 196 irregularidade no percentual de despesas, pois a legislação estadual é a que se aplica aos 197 comitês de bacia de domínio estadual. Destacou que o limite de 7,5% mencionado pelo 198 Sr. Ivan Bispo se aplica apenas aos comitês de domínio da União, que possuem contratos 199 de gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA), e citou o exemplo de Minas Gerais, 200 onde o percentual para a entidade delegatária poderia chegar a mais de 20%. Corrigiu a 201 informação do Sr. Ivan Bispo sobre o percentual de 16%, esclarecendo que a legislação 202 estadual prevê até 12% para a manutenção da entidade gestora, e que foi arbitrado um 203 percentual de 10%. Explicou que a entidade delegatária exercerá todos os papeis 204 relacionados à agência de bacia, incluindo apoio técnico e operacional. Reforçou que a 205 legislação estadual é a que se aplica, e que não há inconstitucionalidade ou quebra de 206 hierarquia legal, e enfatizou que a gestão dos recursos hídricos em Goiás segue a 207 legislação estadual, que é diferente da legislação federal. O Sr. Aurélio Alves Miranda -208 IRRIGO, elogiou a transparência da equipe da SEMAD na apresentação dos números e 209 informações detalhadas. Para contextualizar, referenciou a Primeira Reunião Conjunta 210 dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Goiás, realizada em 28 de maio de 2024, onde 211 foi discutida a incorporação do fator multiplicador 'KDisponibilidade' na fórmula de 212 cobrança do Decreto 10.280/2023. Ficou definido que 'KDisponibilidade' seria igual a 1 213 (um) se todo o valor arrecadado estivesse disponível para aplicação, e 0 (zero), conforme 214 Plano Plurianual de Aplicação e Plano Orçamentário Anual (Art. 16 do Decreto 215 10.280/2023). Solicitou esclarecimentos sobre o processo de implementação do 216 contingenciamento, enfatizando a necessidade de observância à deliberação previamente 217 aprovada. O Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD ressaltou que o assunto ainda aguarda 218 aprovação pelo conselho, e a postura da SEMAD reforça o compromisso com a proteção 219 do fundo privado, visando evitar qualquer tipo de contingenciamento dos recursos. 220 Durante a reunião, o Sr. Aurélio Alves Miranda - IRRIGO perguntou sobre a entidade 221 que administrará os recursos. O Sr. Alan Mosele Tonin - SEMAD esclareceu que a 222 entidade responsável pela gestão dos recursos será selecionada por meio de 223 chamamento público, aberto a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Os 224 critérios de seleção priorizarão instituições com experiência comprovada na execução de 225 grandes volumes de recursos, visando garantir a capacidade técnica e administrativa 226 necessária para uma gestão eficiente e transparente. Em complemento, o Sr. João 227 Ricardo Raiser - SEMAD explicou que, no Brasil, as entidades responsáveis pela 228 aplicação dos recursos e pelo apoio técnico-operacional aos comitês de bacia não são 229 "agências de bacia", mas sim "entidades delegatárias", que podem ter diferentes 230 nomenclaturas dependendo da região ou do estado. Destacou que a gerência da 231 (SEMAD) tem acolhido questionamentos e participado ativamente de reuniões para 232 alinhar esses aspectos nos editais, garantindo que os processos sejam claros e alinhados 233 às necessidades dos comitês e da gestão hídrica. Durante a reunião, discutiu-se a 234 destinação em torno da aplicação e gestão de recursos financeiros dentro CBH CVSM, 235 enfatizando a importância de garantir que fundos sejam adequadamente investidos para



236 gerar rendimentos adicionais. Para isso, serão estabelecidas metas de aplicação, pessoas 237 qualificadas e planejamento para o futuro. Em relação aos valores da cobrança, definidos 238 nos anexos 1 e 2 do Decreto 10.280, destacou-se a necessidade de equilibrar a 239 arrecadação com a capacidade de pagamento dos setores usuários da água, evitando 240 inviabilizar suas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, ressaltou-se a importância de 241 que os valores contribuam para induzir o uso racional da água, promovendo a 242 sustentabilidade dos recursos hídricos. O Sr. Renato Caetano - Assessor (IRRIGO) 243 iniciou sua fala com o reconhecimento do trabalho do Sr. Bruno Marques - presidente 244 CVSM e expressou pesar pela sua saída do comitê. Demonstrou preocupação com a 245 crescente carga tributária sobre os produtores. Destacou a importância de dados precisos 246 e atualizados sobre os recursos hídricos, essenciais para a compreensão do uso da água 247 na região. Solicitou a colaboração entre a SEMAD, o Instituto Federal Goiano e o sindicato 248 rural na coleta e análise dessas informações. Questionou a existência de um conflito 249 significativo na região do Rio São Marcos. Abordou a questão da inadimplência e seus 250 impactos na arrecadação, além da necessidade de transparência no uso dos recursos 251 financeiros do comitê e nos processos de aprovação de projetos. O Sr. João Ricardo 252 Raiser - SEMAD complementou os pontos levantados pelo Sr. Renato Caetano, que 253 incluiu desde o contexto histórico até a visão estratégica da gestão de recursos hídricos. 254 Reforçou a necessidade de um planejamento estratégico para melhorar a gestão e o uso 255 da água, levando em consideração as diferentes visões dos setores, como o elétrico, que 256 tem uma perspectiva distinta sobre os recursos hídricos. Enfatizou a importância de 257 construir soluções integradas, destacou que a gestão não se resume à quantidade de 258 outorgas, mas à articulação e participação de todos os envolvidos, incluindo usuários, 259 órgãos técnicos e municipais. Apontou que a questão dos conflitos deve ser tratada com 260 seriedade e que, apesar das dificuldades, os comitês têm se esforçado para buscar 261 soluções e garantir a continuidade do processo. Quanto à contribuição da SEMAD, 262 reiterou a disponibilidade da secretaria em colaborar tecnicamente. Dando sequência ao 263 debate, evidenciou-se um consenso sobre a gestão dos recursos hídricos, nos quais os 264 participantes defenderam a priorização de ações práticas e concretas. Por fim, 265 consolidaram a valorização dos espaços de discussão, reforçando a importância de uma 266 abordagem colaborativa e proativa na gestão dos recursos hídricos. O Sr. Alexandre 267 Ribeiro Cardoso da Silva - SEAPA, colocou a secretaria à disposição do CBHS para 268 colaborar no cumprimento das metas do Plano, ofereceu apoio em ações, informações e 269 captação de recursos. O Sr. Thiago Castro de Oliveira - FAEG parabenizou a SEMAD



270 pela apresentação e destacou que as prioridades discutidas foram resultado das oficinas 271 realizadas anteriormente. Enfatizou a importância de incluir na discussão a situação dos 272 produtores rurais que, devido a dificuldades de acesso à informação ou entraves 273 burocráticos, encontram-se irregulares ou não tiveram acesso à outorga. Salientou que 274 essa inclusão é essencial para evitar disparidades e garantir a gestão adequada dos 275 recursos hídricos. Além disso, sugeriu avaliar o custeio dos comitês, defendendo a 276 democratização das contribuições para que o ônus não recaia exclusivamente sobre a 277 sociedade civil. Ressaltou a necessidade de fortalecer os comitês de bacias com os 278 recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, evitando divisões que possam 279 enfraquecer a governança e a gestão dos recursos hídricos. O Sr. Bruno Vicente 280 **Marques** - presidente CVSM esclareceu que a situação dos produtores rurais 'irregulares' 281 não implica ilegalidade, mas sim dificuldades de regularização no sistema. Agradeceu as 282 considerações e concordou que os anseios do comitê, especialmente em relação à 283 aplicação dos recursos, são compreensíveis e refletem um momento importante de 284 amadurecimento e planejamento. O Sr. Álvaro Henrique Cândido de Souza - Instituto 285 Federal Cristalina parabenizou a apresentação realizada e questionou a distribuição dos 286 recursos entre os eixos setorial e de gerenciamento. Buscou entender se os valores 287 previstos no plano de ação foram contemplados e qual a porcentagem destinada a cada 288 eixo. O Sr. Alan Mosele Tonim - SEMAD destacou a importância da avaliação do plano 289 de ação para identificar progressos e lacunas. Informou que o eixo de gerenciamento 290 apresentou maiores avanços, enquanto monitoramento e conservação ambiental 291 necessitam de mais atenção. A maior parte dos recursos foi alocada para esses eixos, 292 devido aos custos mais elevados de recuperação e conservação. Garantiu que a 293 educação ambiental será contemplada e agradeceu a participação de todos. O Sr. Bruno 294 Vicente Marques - presidente destacou o caráter histórico do momento, especialmente 295 pela previsão de entrada de recursos. Reforçou a importância do comitê na aplicação 296 eficiente desses investimentos para beneficiar toda a Bacia Hidrográfica do CVSM. 297 Conduziu a votação sobre a proposta de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da 298 água na bacia do São Marcos. Solicitou que os membros do comitê que aprovavam a 299 proposta levantassem seus cartões para que fosse possível contabilizar os votos e 300 registrar o momento com uma foto. Após a contagem, foram registrados 22 votos 301 favoráveis, sem manifestações contrárias. Dessa forma, a Deliberação foi aprovada por 302 *unanimidade*. Em seguida, foi feita a leitura do *Artigo Primeiro*, que estabelece a 303 aprovação do Plano Anual de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água na



304 bacia do Rio São Marcos para o exercício de 2025 a 2027, conforme deliberado na 22ª 305 Reunião Ordinária do Comitê. Item 3. Apresentação e Deliberação da Agenda de 306 Reuniões do CBH CVSM para 2025. O presidente apresentou o calendário de reuniões 307 para 2025, com proposta de duas ordinárias e duas extraordinárias. Solicitou a 308 convocação de reunião extraordinária, a ser realizada nos próximos 30 dias, para tratar 309 do processo eleitoral. Propôs-se realizar uma reunião em Anápolis, com apoio do sindicato 310 local e da prefeitura. Aprovou-se, por unanimidade, a agenda de reuniões. Em seguida, 311 deu-se início aos informes finais. Item 4. Informes: A Sra. Maria Aparecida de Souza 312 Araújo - SEMAD apresentou os critérios para custeio do ENCOB, evento patrocinado pela 313 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável . Informou que a 314 seleção dos participantes será conduzida por uma comissão designada pelo comitê, com 315 foco na frequência de participação nas reuniões e no cumprimento do regimento interno. 316 Para ilustrar os critérios, exibiu a planilha de acompanhamento da frequência dos 317 membros, cujo objetivo é garantir que os recursos sejam destinados aos membros mais 318 engajados e que contribuem ativamente para as atividades do comitê. O Sr. João Ricardo 319 Raiser - SEMAD apresentou um exemplo de articulação bem-sucedida do Comitê 320 Paranaíba, no qual foi possível transformar a proposta inicial de aquisição de 10 estações 321 de monitoramento em 42, graças à colaboração com a SEMAD. Ressaltou que essa 322 iniciativa é um exemplo claro de articulação e integração, onde o comitê conseguiu ampliar 323 o impacto do investimento, garantindo que os recursos fossem utilizados de forma 324 eficiente e estratégica. O Sr. Bruno Vicente Marques - presidente agradeceu e destacou 325 a importância de continuar promovendo ações integradas que beneficiem a gestão dos 326 recursos hídricos. Expressou a necessidade de obter informações mais detalhadas sobre 327 o estudo realizado na bacia do Rio São Marcos, considerando que a apresentação 328 anterior, que contou com a participação de um subsecretário da SEMAD, não forneceu 329 todos os esclarecimentos necessários. Sugeriu que uma nova apresentação seja 330 agendada para trazer maior clareza sobre as ações desenvolvidas na região. Salientou 331 que o comitê faça uma releitura desses processos para entender como estão sendo 332 conduzidos e qual o estágio atual desses projetos. Mencionou a proposta do Instituto 333 Federal de Cristalina para a criação de um Centro de Referência em Recursos Hídricos. 334 Considerou a iniciativa relevante e sugeriu que um representante do Instituto seja 335 convidado para apresentar o projeto na próxima reunião. Reforçou a importância de 336 retomar a discussão sobre a qualidade da água dos rios e o impacto das 41 Pequenas 337 Centrais Hidrelétricas (PCHs) instaladas na região. Destacou a necessidade de o comitê



338 participar mais ativamente dessas discussões, uma vez que o tema é tratado em outras 339 esferas, mas chega ao comitê sem a devida contextualização. O **Sr. Fábio Floriano** 340 **Haesbaert** - Vice-Presidente agradeceu a todos os participantes pela presença e 341 contribuições, especialmente ao representante do Sr. Reinaldo Refondini pelo apoio e pelo 342 espaço utilizado para a reunião. **Item 5. Encerramento:** Nada mais a tratar, o Sr. Bruno 343 Vicente Marques - Presidente do CBH CVSM encerrou a reunião. Eu, Patrícia Sueli Côrtes 344 de Oliveira, colaboradora da secretaria executiva, lavrei essa ata que, após aprovada, 345 segue assinada pelo Presidente e Secretário Executivo do Comitê. A gravação com inteiro 346 teor da reunião encontra-se disponibilizada no site do CVSM.

Bruno Vicente Marques

Presidente do CBH CVSM

André Brunckhorst Secretária Executiva



Anexo I Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH CVSM

Nº	Representante	Entidade
01	Marcos Aurélio Gomes Antunes	SEMAD
02	Alan Mosele Tonin	SEMAD
03	Maria Aparecida de Souza Araujo	SEMAD
04	João Ricardo Raiser	SEMAD
05	Pedro Paulo Alves de Godoi	SEMAD
06	Alexandre Ribeiro Cardoso da Silva	SEAPA
07	Clevisson Câmara de Jesus	Prefeitura Municipal de Cristalina
08	Thiago Freitas Vitorino	Prefeitura Municipal Anápolis
09	Laurence Damasceno de Oliveira	Prefeitura Caldas Novas
10	Edson Benedito Santana	Prefeitura de Ouvidor
11	Antover Panazzolo Sarmento	UFCAT
12	Álvaro Henrique Candido de Souza	IF Cristalina
13	Lullyane de Queiroz R. Barreto	AGEAMB
14	Marcos Antônio Elias Gomes	Associação de Proteção Ambienta e Social
15	Ivan Bispo	Associação Amigos das Águas
16	Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro	IDESA
17	Manoel Messias Ribeiro dos S. Filho	SANEAGO
18	Paulo Henrique de Almeida	SANEAGO
19	Nilton Cesar Meireles	SANEAGO
20	Luiz Antônio de Oliveira Caputo	Eletrobrás

21	Thiago Castro de Oliveira	FAEG
22	Aurelio Alves Miranda	IRRIGO
23	Pablo Fabricio Barboza	Sindicato Rural de Cristalina
24	Bruno Vicente Marques	APROSOJA GOIAS
25	Wilson de Azevedo Filho	Companhia Thermas do Rio Quente
26	Fábio Floriano Haesbaert	AMAT
27	Victor A. Ferreira	Centro Clínico Thermas da Saúde
28	Reinaldo Refondini	Mineradora Conchal LTDA.



Anexo II -

Lista de Presença Convidados do CBH CVSM

01	Renato Caetano	IRRIGO
02	Cassio Jardim Tavares	IF Goiano
03	Adriana B. Mondardo	SEAGRI Cristalina
04	Arion Arikita	SEAGRI
05	Weslei dos Santos Cunha	SEMMA Cristalina



Registro Fotográfico